

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FLÁVIO DA SILVA ROCHA

IMPLANTAÇÃO DA NORMA IFRS 9 EM BANCOS NO BRASIL:
EFEITOS SOBRE OS NÍVEIS DE PERDAS ESPERADAS DE CRÉDITO

SÃO PAULO
2020

FLÁVIO DA SILVA ROCHA

IMPLANTAÇÃO DA NORMA IFRS 9 EM BANCOS NO BRASIL:
EFEITOS SOBRE OS NÍVEIS DE PERDAS ESPERADAS DE CRÉDITO

Trabalho aplicado apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de mestrado profissional em gestão para competitividade

Área de concentração: Finanças e Controladoria

Orientador:
Prof. Dr. Lauro Emilio Gonzalez Farias

SÃO PAULO
2020

Rocha, Flávio da Silva.

Implantação da norma IFRS 9 em bancos no Brasil : efeitos sobre os níveis de perdas esperadas de crédito / Flávio da Silva Rocha. - 2020.

46f.

Orientador: Lauro Gonzalez.

Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Administração de crédito. 2. Créditos - Avaliação de riscos. 3. Balanço (Contabilidade). 4. Sociedades comerciais - Relatórios. I. Gonzalez, Lauro. II. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 658.88

FLÁVIO DA SILVA ROCHA

IMPLANTAÇÃO DA NORMA IFRS 9 EM BANCOS NO BRASIL:
EFEITOS SOBRE OS NÍVEIS DE PERDAS ESPERADAS DE CRÉDITO

Trabalho aplicado apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do título de mestrado profissional em gestão para competitividade

Área de concentração: Finanças e Controladoria

Data de aprovação: __/__/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lauro Emilio Gonzalez Farias
FGV-EAESP (Orientador)

Prof. Dra. Diana Lúcia de Almeida
FGV-EAESP

Prof. Dr. Eric Barreto de Oliveira
Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa

Dedico este trabalho aos meus pais, com
muita gratidão pela fé que semearam em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à minha família; primeiramente, ao meu filho e à minha esposa, pelo tempo que sacrifiquei em estar ao lado deles, mas que sempre me incentivaram com compreensão, companheirismo e dedicação; também aos meus familiares, que me encorajaram de diferentes formas.

Aos meus amigos no trabalho, que contribuíram com sugestões e troca de experiências. Aos meus gestores, que incentivaram e compreenderam minha dedicação na realização do curso de mestrado.

Aos meus amigos do grupo de estudo no mestrado, que colaboraram de forma especial no desenvolvimento do curso; juntos superamos desafios e compartilhamos conhecimentos e conquistas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lauro Emilio Gonzalez Farias, que contribuiu na concretização deste trabalho; aos demais professores do mestrado, que deixaram suas marcas e valores, tornando-se referências de educadores que levarei ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional.

Aos membros da banca examinadora, por enriquecerem este trabalho com suas contribuições e análises.

Não há limitações para realização de sonhos,
exceto aquelas que admitimos reconhecer.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste na avaliação dos impactos da adoção da norma IFRS 9, a qual foi implantada em janeiro de 2018. São estudados seus efeitos sobre os níveis de perdas esperadas por risco de crédito em relação à antiga norma IAS 39. No Brasil, algumas instituições financeiras com capital aberto ou que possuem Comitê de Auditoria já adotam os critérios da norma original IFRS 9, tal como exige a Res. CMN nº 3.786/09. Adicionalmente, o Banco Central do Brasil finalizou as consultas públicas para adaptação local da norma IFRS 9 em substituição dos critérios atuais da Res. CMN nº 2.682/99. Nesse sentido, a pesquisa foi baseada na investigação de duas hipóteses, com a utilização de informações primárias por meio da coleta de 92 dados extraídos de 26 publicações financeiras de 2018, relacionadas a 14 bancos internacionais e a 6 bancos nacionais. Os resultados apurados indicaram que a adoção da norma IFRS 9 em 2018 por bancos no Brasil resultou no incremento médio de 15% sobre os níveis de perdas esperadas por risco de crédito. Adicionalmente, foi verificado que tais resultados estão alinhados aos apurados por bancos na Europa e na Ásia. As análises também indicam que os níveis de perdas esperadas constituídas pela norma IFRS 9, segundo a amostra analisada, são equivalentes em relação às apuradas conforme a Res. CMN nº 2.682/99, uma vez que a norma local já permite constituir provisões adicionais baseadas em expectativas de perdas futuras. Os resultados consolidados, segundo este estudo, indicam que a adoção da norma local IFRS 9 pelos demais bancos no Brasil não incorrerá em necessidades significativas de provisões para perdas esperadas por risco de crédito.

Palavras-chave: IFRS 9. Provisões de crédito. *Impairment*. Gestão de Crédito. Perda esperada.

ABSTRACT

The objective of this study is to evaluate the impacts of the adoption of IFRS 9 implemented in January, 2018 by financial institutions. The effects on the levels of allowance for credit losses in relation to the previous criteria IAS 39 of the IASB are analyzed. In Brazil, some publicly traded financial institutions or others which have an Audit Committee have already adopted the criteria of the original IFRS 9 standard, as required by Res. CMN n° 3,786 / 09. Additionally, the Central Bank of Brazil has finished public consultations on the local adaptation of IFRS 9 to replace the criteria of Res. n° 2,682 / 99. In this context, the degree of conservatism explicit in the quantitative constitution of the provisions determined by IFRS 9 in relation to the criteria of Res. CMN n° 2,682 / 99 was also evaluated, with the purpose of estimating the possible impacts on the adoption of IFRS 9 locally in the final phase drafted by the regulator. The research was based on two hypothesis analysis, using primary information to collect 92 data extracted from 26 financial publications from 2018, related to 14 international banks and 6 national banks in Brazil. The adoption of IFRS 9 by banks in Brazil resulted in an average increase of 15% on provision levels of expected losses. Additionally, these results were found to be in line with the impacts of banks in Europe and Asia. The level of provisions constituted by IFRS 9, according to the analyzed sample, is equivalent to the balance calculated according to Res. CMN n° 2,682 / 99, since the local standard already allows to set up additional provisions based on expectations of future losses. The consolidated findings indicate that the adoption of the local IFRS 9 standard by banks in Brazil will not incur additional expected losses provisions needs.

Keywords: IFRS 9. Credit provisions. *Impairment*. Credit management. Allowance for expected credit losses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Análise para classificação e mensuração contábil	18
Quadro 2 – Mensuração de ativos ao custo amortizado	20
Quadro 3 – Aspectos qualitativos para cálculos das provisões	24
Quadro 4 – Principais diferenças conceituais entre as normas de cálculo de provisões para perdas por risco de crédito	27
Quadro 5 – Instituições financeiras analisadas no estudo	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de <i>rating</i> por faixa de atraso e níveis de provisão	25
Tabela 2 – Coleta de dados de publicações em IFRS e BRGAAP com as variáveis analisadas no desenvolvimento da pesquisa	32
Tabela 3 – Efeito da adoção da IFRS 9 sobre as perdas esperadas de crédito	36
Tabela 4 – Comparação dos níveis de PECLD nos padrões IFRS 9 e BRGAAP	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BCB: Banco Central do Brasil

BRGAAP: *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*

CCF: *Credit Conversion Factor*

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CMN: Conselho Monetário Nacional

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EAD: *Exposure at Default*

EBA: *European Banking Authority*

EL: *Expected Losses*

FASB: *Financial Accounting Standards Board*

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos

FSB: *Financial Stability Board*

GAAP: *Generally Accepted Accounting Principles*

IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IAS: *International Accounting Standard*

IASB: *International Accounting Standards Board*

ICBC: *Industrial and Commercial Bank of China*

IFRS: *International Financial Reporting Standards*

LGD: *Loss Given Default*

PCLD: Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa

PECLD: Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa

PD: *Probability of Default*

SPPI Test: Solely Payment of Principal and Interest Test

VJORA: Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

VJR: Valor Justo por meio do Resultado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contextualização	12
1.2	Definição do problema	13
1.3	Objetivo geral	14
1.4	Justificativa e caráter inovador do estudo	14
1.5	Delimitação do estudo	15
1.6	Estrutura do trabalho	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Risco de crédito	17
2.2	Mensuração das perdas esperadas de crédito segundo a norma IFRS 9	18
2.3	Diferenças entre as normas IAS 39 e IFRS 9	23
2.4	Provisões de crédito segundo a norma local Res. nº 2.682/99	24
2.5	Pesquisas de referência sobre o tema	28
3	METODOLOGIA	30
3.1	Amostra do estudo	30
3.2	Coleta e tratamento dos dados	31
3.3	Desenvolvimento das hipóteses do estudo	33
3.4	Modelo de mensuração e análise dos dados da pesquisa	34
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	36
4.1	Impacto nos níveis de PECLD com adoção da norma original IFRS 9	36
4.2	Níveis de reconhecimento da PECLD entre os padrões contábeis IFRS 9 e BRGAAP (critérios da Res. nº 2.682/99)	37
4.3	Gestão de impactos na adoção da norma IFRS 9	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Em janeiro de 2018, a metodologia de estimação das perdas por risco de crédito de instituições financeiras, antes apuradas pelo método de perda incorrida¹ conforme os critérios da norma *International Accounting Standard* (IAS) 39, passou a considerar o método de perda esperada² segundo os critérios da norma *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 9 publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)³ em 2014.

As normas contábeis internacionais IFRS emitidas pelo IASB buscam homogeneizar os critérios contábeis adotados nas publicações das demonstrações financeiras internacionais, tornando os resultados comparáveis para os investidores.

Segundo Dantas, Micheletto e Cardoso (2010), os saldos de perdas decorrentes da falta de pagamentos dos empréstimos a clientes devem ser reconhecidos através da constituição de provisões. Por sua vez, esses saldos são deduzidos das receitas, o que demonstra sua relevância nas demonstrações de resultados.

No Brasil, as instituições financeiras mensuram as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) conforme os critérios previstos na Resolução nº 2.682/99, deliberada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A fim de pôr a norma local em alinhamento com as normas internacionais, o Banco Central do Brasil (BCB) colocou em consulta pública uma proposta de alteração dos critérios atuais de cálculo das provisões para o risco de crédito, de modo a incorporar os critérios da norma IFRS 9.

¹O reconhecimento contábil da perda ocorre após o evento de inadimplência.

²O reconhecimento contábil da perda ocorre sobre incertezas e riscos futuros de inadimplência.

³Organização internacional responsável pelos pronunciamentos e pela elaboração de normas contábeis.

Não obstante, tal como exige a Res. CMN nº 3.786/09, as instituições financeiras com capital aberto ou que possuem Comitê de Auditoria devem fazer a publicação das demonstrações financeiras segundo o padrão local (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*, BRGAAP) e internacional (IFRS), conforme a versão traduzida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Nos Estados Unidos da América, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB)⁴ também colocou em avaliação as principais diferenças de suas normas em relação aos critérios da norma IFRS 9 (HASHIM; LI; O'HANLON, 2015).

Na Europa, a norma IFRS 9 já teve sua implantação feita por instituições financeiras em janeiro de 2018, resultando em impactos financeiros e operacionais, conforme o estudo do *European Banking Authority* (EBA, 2018).

1.2 Definição do problema

O problema a ser estudado está relacionado aos efeitos da adoção da norma internacional IFRS 9 em 2018 sobre os níveis de perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) de instituições financeiras no Brasil, que, ao cumprirem a Res. CMN nº 3.786/09, realizaram as publicações das demonstrações financeiras segundo o padrão IFRS.

Adicionalmente, as instituições financeiras no Brasil que realizam publicações somente pelo padrão local (BRGAAP) ou que não cumprem a Res. CMN nº 3.786/09 já começaram a avaliar os impactos da implantação da norma local IFRS 9 que se encontra em fase final de elaboração pelo BCB.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa está baseado na seguinte questão:

Quais são os efeitos da adoção da norma IFRS 9 sobre os níveis de perdas esperadas de crédito em instituições financeiras no Brasil?

⁴Órgão dos Estados Unidos da América criado para padronizar os procedimentos da contabilidade financeira de empresas cotadas em bolsa e não governamentais.

1.3 Objetivo geral

Este trabalho estudará a implantação da norma IFRS 9 (mensuração da perda esperada), investigando os efeitos sobre os níveis de perdas esperadas por risco de crédito antes mensuradas pela norma IAS 39.

Adicionalmente, serão feitas comparações em relação aos resultados apurados por bancos na Europa e na Ásia e se analisará o grau de conservadorismo em relação aos critérios locais da Res. CMN nº 2.682/99 (mensuração de perdas incorridas e esperadas).

Os objetivos específicos que permeiam este trabalho são os seguintes:

- a) Calcular os impactos reais nos níveis de PECLD decorrentes da implantação da norma IFRS 9 em relação à norma anterior IAS 39, por bancos no Brasil que atendem aos critérios da Res. nº 3.786/09 do CMN.
- b) Comparar o nível de impacto na PECLD dos principais bancos no Brasil, em relação aos resultados de uma amostra de bancos na Europa e na Ásia.
- c) Investigar se os níveis de PECLD segundo a norma IFRS 9 são maiores em relação aos critérios do padrão contábil BRGAAP (Res. CMN nº 2.682/99).

1.4 Justificativa e caráter inovador do estudo

A relevância deste estudo se justifica pela obrigatoriedade da aplicação da norma regulatória às instituições financeiras e não financeiras, cujos benefícios e impactos têm gerado importantes discussões não somente em países que já a implantaram, mas também por empresas e bancos no Brasil.

Os estudos acadêmicos e científicos anteriores sobre a norma IFRS 9, elaborados por Farias (2014), Caneca (2015), Ferreira (2016) e Dantas (2017), citados no capítulo 2, dispõem de relevantes análises e conclusões sobre a adoção da norma IFRS 9. Porém, neles não foram considerados os dados reais disponíveis nas publicações financeiras após a implantação da norma em janeiro de 2018.

Nesse sentido, esta pesquisa busca avaliar a implantação da norma internacional em janeiro de 2018 e seus impactos reais sobre os níveis de PECLD.

Adicionalmente, será possível avaliar as possíveis medidas estratégicas que poderão ser consideradas no planejamento da adoção da norma local IFRS 9 em elaboração pelo BCB, pelos demais bancos no Brasil, bem como a disseminação local da referida norma no meio acadêmico e profissional.

1.5 Delimitação do estudo

A norma IFRS 9 define os critérios contábeis para mensuração dos instrumentos financeiros, dentre eles, as operações de empréstimos a clientes, sendo esse o objetivo principal desse estudo, no qual será analisada a metodologia de cálculo da perda esperada (*impairment*) de ativos classificados ao custo amortizado.

1.6 Estrutura do trabalho

O capítulo 2 abordará o referencial teórico que abrange o conceito de risco de crédito e a metodologia de cálculo das perdas esperadas por risco de crédito segundo a norma IFRS 9, além das diferenças em relação à norma anterior IAS 39, com base em literatura e estudos científicos disponíveis.

Adicionalmente, será abordada a mensuração das provisões para o risco de crédito segundo a Res. CMN nº 2.682/99, para servir como base na realização das comparações e análises dos impactos decorrentes da publicação da nova norma IFRS 9 local.

O capítulo 3 apresentará a estrutura da pesquisa, o que inclui a definição da amostra, o plano de coleta de dados, a apresentação das hipóteses a serem investigadas e as técnicas de análises dos dados.

Os resultados são discutidos no capítulo 4, que apresenta as principais conclusões apuradas durante a pesquisa empírica, bem como eventuais alternativas para reduzir os impactos na implantação da norma local IFRS 9.

No capítulo 5, serão expostas as considerações finais, com base nos resultados apurados e em relação aos objetivos estabelecidos, as limitações identificadas no estudo e as sugestões para futuras pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Risco de crédito

Segundo o estudo do DIEESE (2019), as operações de crédito representam cerca de 50% dos ativos totais dos cinco maiores bancos⁵ no Brasil, sendo consideradas uma das principais fontes de receitas e de risco às instituições financeiras comerciais.

Para Brito, Neto e Corrar (2009), risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes das obrigações assumidas por um cliente tomador de crédito que não sejam liquidadas nas condições pactuadas, denominado como evento de *default* ou inadimplência pela deterioração da qualidade de crédito.

Nesse contexto, a qualidade das concessões de empréstimos e a respectiva gestão do risco de crédito influenciam diretamente as receitas, que podem variar em função dos níveis de provisão para cobertura da PECLD.

Securato (2012) indica que o processo de concessão de crédito deve ser suportado por políticas e procedimentos desde o cadastro inicial do cliente, isto é, análise do crédito, que pode ser realizada de forma automática ou individual em comitês de crédito, formalização das operações e garantias, bem como recuperação de crédito e avaliação da qualidade do portfólio.

Nesse sentido, as instituições financeiras devem avaliar o risco do tomador e das operações de crédito, mediante um conjunto de ferramentas de avaliação, políticas, controles e procedimentos de gerenciamento de risco.

Como parte da gestão de risco de crédito, as provisões para PECLD são utilizadas para cobrir as possíveis perdas decorrentes da falta de pagamentos de empréstimos concedidos a clientes, de modo que esse valor é uma despesa a ser deduzida na demonstração de resultado, tornando-a mais realística aos acionistas e à sociedade.

⁵Banco Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Santander.

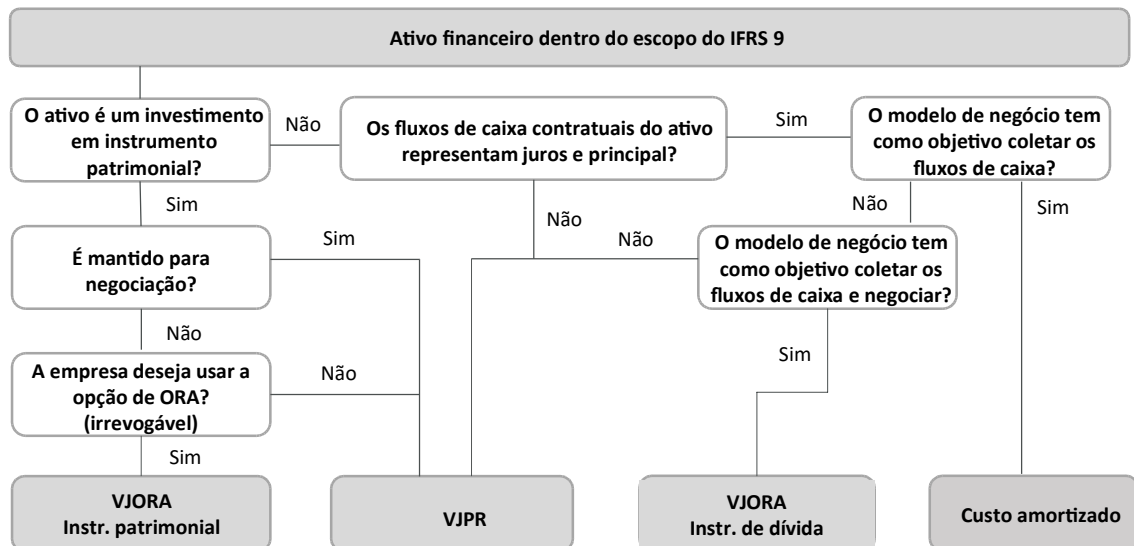
2.2 Mensuração das perdas esperadas de crédito segundo a norma IFRS 9

Para Caneca (2015), a metodologia prevista na norma IFRS 9 realiza estimativas de perdas esperadas de crédito considerando o tempo de vida do contrato, baseadas em modelos estatísticos e projeção de cenários econômicos, que permitem que as instituições reconheçam, de forma antecipada, as futuras perdas de crédito.

Segundo o estudo da KPMG (2016), o cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros está fundamentado no modelo de negócio que reflete como as instituições gerenciam os seus ativos com objetivo de obter lucro e conforme as características dos fluxos de caixa de pagamentos a receber.

Nesse sentido, o registro contábil e a mensuração dos ativos financeiros de crédito são realizados a partir da avaliação do modelo de negócio e da análise do fluxo de caixa dos contratos (*SPPI test*), conforme os critérios apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Análise para classificação e mensuração contábil



Fonte: Contabilidade de Instrumentos Financeiros IFRS 9 – CPC 48 (Galdi, Barreto e Flores)

O quadro 1 demonstra que as operações são submetidas à aplicação do *Solely Payment of Principal and Interest Test* (SPPI Test) a fim de avaliar se os fluxos de caixa gerados pelo ativo são compostos apenas pelo pagamento de principal e juros.

A classificação contábil das operações também é realizada a partir da análise da maneira com que a instituição gerencia a carteira de crédito (modelo de negócio), se possui objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, de obter fluxos de caixa contratuais com posterior venda da carteira ou de sua negociação contínua.

A KPMG (2016), em seu estudo sobre a norma IFRS 9, indica que o resultado da análise sobre os instrumentos financeiros determinará sua classificação contábil dentre três categorias: mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), os quais estão detalhados a seguir:

- Custo amortizado: ativos financeiros que são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa da operação de crédito com pagamento apenas do principal e de juros, sendo submetidos à avaliação da perda esperada de crédito.
- VJORA: ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros ou que estão disponíveis para venda. O reconhecimento do valor justo desses ativos é registrado em outros resultados abrangentes.

Adicionalmente, são consideradas nessa classificação as operações com exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa e instrumentos de investimentos patrimoniais com a opção irrevogável de classificação.

- VJR: ativos financeiros que não cumprem os critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA.

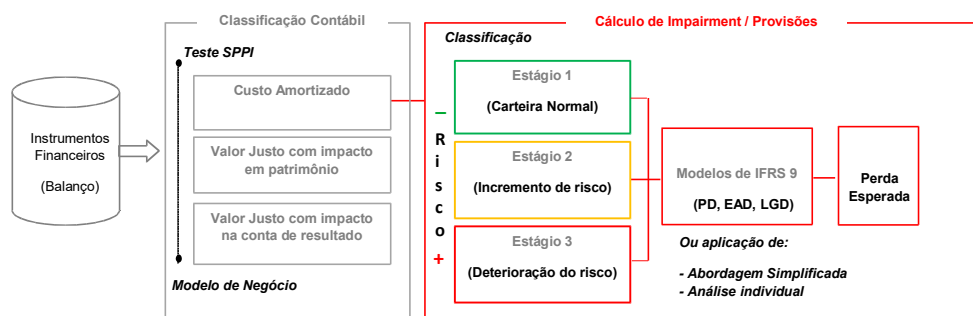
A metodologia de cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos classificados ao custo amortizado, objeto principal deste estudo, está baseada no conceito de perda esperada, em que as operações de empréstimos possuem uma probabilidade de perda desde a sua contratação, sendo reavaliadas de forma contínua até o término do contrato.

As operações de empréstimos classificadas ao custo amortizado são mensuradas por estágios de risco que estão detalhados abaixo, cujos critérios podem variar segundo as premissas razoáveis definidas pelas instituições financeiras:

- Estágio 1: classificação inicial de contratos de empréstimos que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade desde o reconhecimento inicial, sendo mensuradas as perdas esperadas dos próximos 12 meses.
- Estágio 2: empréstimos com atraso superior a 30 dias (critério refutável) e que tiveram sua qualidade creditícia deteriorada de maneira significativa desde o reconhecimento inicial, sendo calculadas as perdas esperadas para a vida inteira (prazo remanescente) do contrato de empréstimo.
- Estágio 3: empréstimos classificados em *default* com mais de 90 dias de atraso (critério de mercado e Basileia III) ou devido à evidência objetiva de deterioração ao final do período, sendo calculadas as perdas esperadas para a vida inteira do contrato.

O quadro a seguir demonstra o processo de classificação contábil dos instrumentos financeiros, bem como sugere o fluxo de cálculo de *impairment* de ativos mensurados ao custo amortizado com a classificação de estágio e aplicação de parâmetros estatísticos para o cálculo das perdas esperadas por risco de crédito.

Quadro 2 – Mensuração de ativos ao custo amortizado



Fonte: Elaboração própria, com base na norma IFRS 9 do IASB e estudo da KPMG (2016).

⁶ PD (*Probability of Default*), EAD (*Exposure at Default*) e LGD (*Loss Given Default*).

Para o entendimento mais adequado do cálculo da perda esperada, faz-se necessária a explicação dos seguintes conceitos:

- a) Aumento significativo do risco: as operações de crédito podem sofrer reclassificações entre os estágios com base na avaliação do incremento significativo do risco dos empréstimos e do risco de inadimplência ao longo da vida esperada em relação ao risco inicial na contratação do empréstimo.
- b) Critérios de normalização: estão relacionados à normalização ou à redução de risco de crédito com a migração de operações que cumpriram os critérios da renegociação do atraso para reclassificação a um nível inferior de risco.
- c) Visão *forward looking*: as estimativas das perdas nas operações de crédito são ponderadas por projeções de cenários econômicos que influenciam o desempenho e a qualidade da carteira.
- d) Visão *lifetime* (vida esperada do contrato): o cálculo das provisões das perdas esperadas consideram todo o período de vigência do contrato e a exposição do risco para operações de empréstimos classificadas nos estágios 2 e 3.
- e) Definição de *default* (inadimplência) e *write-off* (baixa como prejuízo): são critérios definidos para classificação e mensuração de operações inadimplentes e transferência para prejuízo (*write-off*) quando não existe expectativa de recebimento total ou parcial dos empréstimos.
- f) Cálculo da perda esperada: o cálculo da perda esperada de 12 meses para empréstimos classificados no estágio 1 é o produto resultante da multiplicação dos parâmetros estatísticos, sendo: $PE = EAD \times PD \times LGD$.

Adicionalmente, o cálculo da perda esperada de empréstimos classificados nos estágios 2 e 3 deve considerar as estimações de perdas para a vida remanescente do contrato (*lifetime*).

Como prática de mercado, a equação sugerida para estimativa da perda esperada *lifetime* está detalhada a seguir:

$$LEL_p = \frac{\sum SR * EAD * PD * LGD}{(1+EIR)^n}$$

Os componentes da fórmula são os seguintes:

LEL_p (*Lifetime Expected Loss*) - Perda esperada estimada que considera os períodos de vigência do contrato (visão *lifetime*) classificados em estágio 2 ou 3.

SR (*Survival rate*) - Taxa de sobrevivência que representa a probabilidade de uma carteira permanecer ativa ao término da vigência dos contratos.

EAD (*Exposure At Default*) – Saldo devedor contábil no momento do *default* do contrato.

PD (*Probability of Default*) – Probabilidade de um contrato de crédito apresentar *default* (inadimplência), sendo utilizado, na estimativa, o critério definido pelo mercado de 90 dias de atraso (critério refutável) e qualitativo quando há evidências subjetivas de deterioração financeira do cliente.

LGD (*Loss Given Default*) – Estima o percentual de perda efetiva em caso de *default*, considerando os custos de recuperação e as garantias. Representa o percentual não recuperável em caso de inadimplência.

EIR – Taxa efetiva dos contratos utilizada no cálculo do valor presente das perdas esperadas, ajustada ao período de vigência do contrato.

Os autores Ozdemir (2018) e Kardorf (2018) avaliaram que as mudanças requeridas pela norma IFRS 9 devem promover uma evolução no gerenciamento de riscos das instituições financeiras, assim como ocorreu após a implantação das normas prudenciais de Basileia para gestão de capital.

Contudo, a mensuração das perdas de crédito segundo os critérios da norma IFRS 9 também deve dar origem à volatilidade nas demonstrações financeiras, segundo indica o estudo de Reitgruber (2016), dada a subjetividade na definição dos critérios de avaliação das operações classificadas em estágio 2, assim como pelos critérios de estimação das perdas para vida inteira do contrato (*PD lifetime*).

Ademais, para os pesquisadores Bushman e Williams (2012), a adoção do método de mensuração das perdas esperadas de crédito pode reduzir a transparência ao possibilitar práticas discricionárias e gerenciamento de resultados com base nas premissas adotadas pelas instituições financeiras.

2.3 Diferenças entre as normas IAS 39 e IFRS 9

A norma IFRS 9 substitui a antiga norma IAS 39 (IASB, 2008), que indicava o reconhecimento de perdas por risco de crédito após a evidência objetiva da ocorrência do evento de perda.

Para Bouvatier e Lepetit (2006), as provisões para perdas por risco de crédito, quando calculadas pelo método de perdas incorridas (dias de atraso), impactam no resultado da instituição financeira somente após o evento de perda com seu reconhecimento em atraso.

O modelo de reconhecimento da perda incorrida foi questionado durante a crise dos créditos *subprime* nos Estados Unidos, devido a suas limitações quanto à eficiência e à tempestividade na mensuração das perdas de crédito, que contribuíram para a crise financeira internacional.

Os autores Bushman e Williams (2012) indicaram que as provisões para perdas incorridas de crédito podem não ser suficientes para cobrir as perdas em períodos de crise econômica, fazendo com que os bancos apresentem problemas de liquidez e reduzam o nível de concessão de crédito com consequente agravamento da crise.

Durante a crise financeira internacional em 2018, o *Financial Stability Board* – FSB (2009) identificou três áreas que favoreceram o agravamento da crise internacional: regime de capital, mensuração das provisões para o risco de crédito e alavancagem das instituições.

Para Bouvatier e Lepetit (2006), a metodologia de cálculo das provisões pelo método de perda incorrida favorece a pró-ciclicidade na concessão de crédito, enquanto que as perdas esperadas contribuem para a diminuição da pró-ciclicidade dos empréstimos, podendo reduzir o agravamento de crises.

2.4 Provisões de crédito segundo a norma local Res. CMN nº 2.682/99

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas e de regulação do sistema financeiro no Brasil. As normas aprovadas pelo CMN são regulamentadas através de resoluções divulgadas pelo BCB.

A Res. CMN nº 2.682 foi regulamentada em dezembro de 1999 e trata das provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), mediante critérios quantitativos e qualitativos na mensuração e na estimação das provisões para devedores duvidosos, os quais estão detalhados adiante.

A estimação da PCLD se baseia em informações do cliente, garantias, produto e atraso, conforme descrito no Quadro 3 e na Tabela 1:

a) Aspectos qualitativos do cliente:

Quadro 3 – Aspectos qualitativos para cálculos das provisões

AVALIAÇÃO DE ASPECTOS QUALITATIVOS	
Situação econômico-financeira	Administração e qualidade dos controles
Grau de endividamento	Pontualidade e atraso nos pagamentos
Capacidade de pagamento	Contingências
Fluxo de caixa	Setor de atividade econômica

Fonte: Elaboração própria, com base na análise da Resolução nº 2.682/99 do CMN.

b) Aspectos quantitativos em relação ao contrato de crédito:

Tabela 1 – Distribuição de *rating* por faixa de atraso e níveis de provisão

Categorias	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Dias de atraso	0	0 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 120	121 - 150	151 - 180	> 180
Percentual de provisão	0,0%	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	30,0%	50,0%	70,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, com base na análise da Resolução nº 2.682 do CMN.

Cada operação de crédito recebe uma classificação em letras de AA até H, que correspondem às porcentagens de provisões para o risco de crédito que variam de 0% até 100% (representa o nível de risco) sobre o saldo da operação, devendo ser constituído como mínimo a provisão correspondente aos dias de atraso.

Adicionalmente, o art. 2º da Res. nº 2.682/99 indica que a classificação das operações de um mesmo cliente deve ser definida considerando a que apresentar o maior grau de risco. Para operações com prazo superior a 36 meses, a norma permite a contagem em dobro no cálculo das provisões, segundo o critério quantitativo de atraso.

A transferência das operações para prejuízo ocorre após seis meses da classificação do contrato no nível H (atraso superior a 180 dias), sendo transferida para conta de compensação após cinco anos e esgotados os eventos de cobrança.

As classificações das provisões das operações de crédito são revisadas mensalmente durante a vigência do contrato de empréstimo, podendo o nível de provisão variar conforme a evolução do risco de crédito.

Por outro lado, a normativa permite a reclassificação dos contratos para níveis menores de provisões, em caso de amortização significativa do saldo devedor ou quando fatos novos e relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

O cálculo da PCLD segundo os critérios locais avalia tanto a perda incorrida, quando é calculada pelos dias de atraso da operação, como as perdas futuras, ao serem mensuradas através da avaliação de aspectos qualitativos dos clientes, garantias ou através da utilização de modelos internos.

Para Verrone (2007), os critérios locais de cálculo de provisão concedem certa liberdade às instituições financeiras ao permitir combinar ambos os elementos (qualitativos e quantitativos) no processo de avaliação de risco.

Em 2017, o BCB efetuou uma consulta pública sobre os critérios locais de cálculo das provisões para o risco de crédito, a fim de convergir e incorporar os elementos da norma internacional IFRS 9, conforme descrito a seguir:

- a) Consulta 54/2017: critérios para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros (BCB, 2017);
- b) Consulta 60/2018: proposta com os critérios para constituição de provisão para perdas esperadas (BCB, 2018);
- c) Consulta 67/2018: critérios contábeis para o registro das relações de proteção – contabilidade de *hedge* (BCB, 2018).

No congresso internacional de gestão de riscos realizado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), representantes do BCB apresentaram as alterações previstas sobre a regulamentação contábil aplicável às instituições financeiras, indicando a conclusão do arcabouço da norma local IFRS 9 (informação verbal)⁷, embora os aspectos fiscais ainda estejam sendo avaliados junto à Receita Federal para publicação e vigência da nova norma local.

Segundo a Res. n° 3.786/09 do CMN, as instituições financeiras abertas ou que possuem Comitê de Auditoria já devem fazer as divulgações contábeis em IFRS, anualmente, conforme os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB e traduzidos pelo IBRACON.

⁷Notícia fornecida durante o Congresso Internacional de Gestão de Riscos – FEBRABAN, em São Paulo, em outubro de 2019.

As principais diferenças conceituais entre os critérios da Res. nº 2.682/99 vs. a IFRS 9 emitida pelo IASB são apresentadas no Quadro 4:

Quadro 4 – Principais diferenças conceituais entre as normas de cálculo de provisões para perdas por risco de crédito

	RESOLUÇÃO Nº 2.682 – CMN	IFRS 9 – IASB
Metodologia	Metodologia de classificação de provisão conforme o nível de risco, avaliado através de critérios qualitativos e quantitativos	Modelo estatístico para estimativa das perdas esperadas
Objetivo	Constituição de provisão com base no nível de risco da operação de crédito e nos critérios definidos pelo regulador	Constituição de provisão para cobertura das perdas esperadas, inclusive para limites de crédito e garantias prestadas
Cálculo	Calculadas a partir da classificação de <i>rating</i> de AA (0% de provisão) até H (100% de provisão) atribuída à operação	Perdas esperadas (EL) para 12 meses e <i>lifetime</i> (duração do contrato de crédito)
Parâmetros	Atraso da operação, capacidade financeira do devedor, mensuração das garantias	PD, LGD, EAD
Indícios	Critérios subjetivos na avaliação qualitativa de cliente e quantitativa conforme os dias de atraso da operação de crédito	Atraso da operação, incremento significativo de risco, avaliação qualitativa do cliente, ponderação de cenários de <i>stress</i>
Fórmula	Provisão = valor contábil x pior percentual de risco calculado para a operação ou para o cliente	$EL = PD \times LGD \times EAD$

Fonte: Elaboração própria, com base na análise dos principais critérios da Res. nº 2.682/99 e da norma IFRS 9 do IASB.

No estudo realizado pela KPMG (2016), foram avaliados de maneira importante, os impactos operacionais e financeiros decorrentes da implantação do IFRS 9 pelas instituições financeiras. Adicionalmente, são esperados os seguintes custos:

- Custos associados a consultorias e implantação de novos sistemas para estimação das perdas esperadas por risco de crédito;
- Construção de base de dados histórica com suficiência e profundidade, a fim de assegurar a qualidade na estimação dos parâmetros PD, LGD e EAD;

- c) Novos controles internos que asseguram o cumprimento da norma e a fiabilidade no registro e na publicação das informações;
- d) Revisão das políticas e procedimentos adotados pela área comercial na concessão de crédito;
- e) Estabelecimento de governança corporativa para impulsionar a integração da norma no processo de gestão dos negócios;
- f) Reavaliação do modelo de negócios e de gestão de risco de crédito;
- g) Avaliação de cenários de *stress* e medidas para reduzir os impactos financeiros.

Nesse sentido, faz-se necessário realizar estudos sobre os impactos desses aspectos na perspectiva dos bancos que adotaram a norma IFRS 9, a respeito das mudanças requeridas e dos custos para implantação de novos processos e controles, ajustes do processo contábil e revisão da metodologia de gerenciamento de riscos.

2.5 Pesquisas de referência sobre o tema

As pesquisas que antecederam a implantação da norma IFRS 9 contribuíram cientificamente para o aprofundamento e a disseminação conceitual no meio acadêmico sobre as normas IFRS 9 e Res. CMN nº 2.682, bem como apresentaram importantes estruturas para desenvolvimento de estudos e projeções de impactos.

No estudo realizado por De Farias, De Luca, Ponte e Oliveira (2014), foram investigados os impactos do padrão contábil IFRS sobre a situação financeira de 18 bancos listados em bolsa de valores, sendo observados menores níveis de liquidez e qualidade da carteira de crédito em relação às publicações financeiras em BRGAAP, que foi considerada mais conservadora pelos autores.

A obra de Caneca (2015) conduziu um importante estudo sobre os critérios de provisão de crédito segundo a Res. CMN nº 2.682/99, bem como verificou a relação entre os ciclos econômicos e o nível de provisão de crédito de 148 bancos no Brasil. Nessa pesquisa, foram utilizados modelos econométricos que indicaram uma relação negativa entre os ciclos econômicos e os níveis de provisões de crédito.

Ferreira (2016) desenvolveu um estudo teórico sobre as diferenças entre as normas IFRS 9 e a Res. CMN nº 2.682/99 em relação às provisões para as perdas esperadas, no qual concluiu que, de forma conceitual, a norma internacional IFRS 9 é mais conservadora que a norma local. O estudo também teve como objetivo propor a convergência entre as normas e aproximação dos processos contábeis para redução de custos operacionais.

Dantas et al. (2017) realizaram uma relevante pesquisa empírica com 41 bancos brasileiros, a fim de comparar as diferenças entre os padrões contábeis BRGAAP e IFRS. Nesse estudo, os autores utilizaram estatística descritiva na análise dos resultados e concluíram que os níveis de provisão para o risco de crédito são maiores quando mensurados pelo padrão BRGAAP em relação ao IFRS (IAS 39).

Adicionalmente, os autores desenvolveram testes de sensibilidade nos quais verificaram que as provisões para o risco de crédito mensuradas segundo o padrão IFRS são mais precisas em relação à perda efetiva de crédito; realizaram, ainda, as estimativas de níveis de provisão com a implantação da norma IFRS 9.

A respeito de estudos realizado em países da Europa, os autores Tominac e Vašiček (2018) analisaram seis bancos na Croácia e demonstraram que os impactos da adoção da norma IFRS 9 foram significativos, mas absorvidos sem alterações relevantes na estrutura de capital e rentabilidade.

Também concluíram que a adoção da norma IFRS 9 deve melhorar a gestão do risco de crédito nos bancos, bem como os processos internos de determinação de preços, além de ajudar a melhorar a estabilidade financeira em geral.

Por outro lado, Li e Ji (2019), que realizaram um estudo de caso da implantação da norma IFRS 9 sobre o conglomerado *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), apuraram que os impactos foram mais limitados aos bancos comerciais, com um aumento significativo das provisões para perdas com redução do lucro líquido.

3 METODOLOGIA

Este estudo está baseado em uma abordagem quantitativa a partir de dados primários extraídos de demonstrações financeiras nos padrões IFRS e BRGAAP, com utilização de análise estatística descritiva para avaliar as características e interações das variáveis relacionadas às hipóteses da pesquisa.

3.1 Amostra do estudo

A amostra é composta por 6 instituições financeiras brasileiras que cumprem os requisitos da Resolução CMN nº 3.786/09 quanto à publicação das demonstrações financeiras em IFRS e BRGAAP, bem como outras 14 instituições financeiras internacionais que realizaram publicações das demonstrações financeiras em IFRS.

Os dados da pesquisa foram extraídos das demonstrações financeiras encerradas em 2018, sendo 20 demonstrações no padrão IFRS de bancos na Europa, Ásia e Brasil e outras 6 demonstrações no padrão BRGAAP de bancos comerciais no Brasil. O Quadro 5 apresenta a amostra de instituições analisadas neste estudo.

Quadro 5 – Instituições financeiras analisadas no estudo

Bancos	País	Demonstrações Financeiras	
		IFRS	BRGAAP
Banco Itaú	Brasil	Sim	Sim
Banco Bradesco	Brasil	Sim	Sim
Banco do Brasil	Brasil	Sim	Sim
Banco Santander	Brasil	Sim	Sim
Banco Safra	Brasil	Sim	Sim
Banco Banrisul	Brasil	Sim	Sim
ING Group	Alemanha	Sim	n/a
Bank of China	China	Sim	n/a
BBVA Bank	Espanha	Sim	n/a
Santander Group	Espanha	Sim	n/a
BNP PARIBAS	França	Sim	n/a
Société Générale	França	Sim	n/a
ABN AMRO Group	Holanda	Sim	n/a
Millennium BCP	Portugal	Sim	n/a
Banco BPI	Portugal	Sim	n/a
BARCLAYS PLC	Reino Unido	Sim	n/a
HSBC PLC	Reino Unido	Sim	n/a
Lloyds Banking Group plc	Reino Unido	Sim	n/a
The Royal Bank (RBS)	Reino Unido	Sim	n/a
UBS Group AG	Suíça	Sim	n/a

Fonte: Elaboração própria.

As demonstrações financeiras foram extraídas diretamente dos sites de relações com investidores das respectivas instituições financeiras.

3.2 Coleta e tratamento dos dados

Foram coletados 92 dados relacionados às 6 variáveis disponíveis nas demonstrações financeiras analisadas no estudo. Os dados foram ajustados e convertidos para moeda americana (cotação de 31 de dezembro de 2018) com a eliminação do efeito cambial no período analisado.

As variáveis selecionadas foram: saldo de perdas esperadas de crédito em IFRS (períodos: 31/12/2017, 01/01/2018, 31/12/2018) e o efeito da adoção da norma IFRS 9 (informação disponibilizada pelas instituições financeiras). Adicionalmente, foram consideradas variáveis de perdas esperadas de crédito em BRGAAP (períodos: 31/12/2017 e 31/12/2018). Os dados estão expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Coleta de dados de publicações em IFRS e BRGAAP com as variáveis analisadas no desenvolvimento da pesquisa

Instituição Financeira	País	Perdas Esperadas de Crédito em IFRS 9				Perdas Esperadas de Crédito em BRGAAP	
		31/12/2017 (IAS 39)	01/01/2018 (IFRS 9)	31/12/2018 (IFRS 9)	Efeito da adoção IFRS 9 ⁸	31/12/2017 (Res. 2.682)	31/12/2018 (Res. 2.682)
Banco Itaú	Brasil	7.199	9.412	8.648	2.213	9.629	8.842
Banco Bradesco	Brasil	6.982	7.971	8.872	988	9.400	9.028
Banco do Brasil	Brasil	9.181	9.408	8.183	169	9.468	8.863
Banco Santander	Brasil	4.713	5.348	5.928	729	4.506	4.849
Banco Safra	Brasil	226	483	618	203	670	702
Banco Banrisul	Brasil	626	654	671	28	716	674
ING Group	Alemanha	5.302	6.213	6.036	872	n/a	n/a
Bank of China	China	36.699	40.818	44.156	4.119	n/a	n/a
BBVA Bank	Espanha	14.604	14.604	13.975	1.348	n/a	n/a
Santander Group	Espanha	28.276	31.472	26.701	2.261	n/a	n/a
BNP PARIBAS	França	28.280	31.568	27.909	3.273	n/a	n/a
Société Générale	França	15.229	15.229	16.436	1.364	n/a	n/a
ABN AMRO Group	Holanda	2.826	2.990	2.599	165	n/a	n/a
Banco BPI	Portugal	669	709	611	50	n/a	n/a
Millennium BCP	Portugal	3.805	3.756	3.266	270	n/a	n/a
BARCLAYS PLC	Reino Unido	5.638	9.091	8.666	3.210	n/a	n/a
HSBC PLC	Reino Unido	9.580	12.135	11.041	2.419	n/a	n/a
Lloyds Banking Group plc	Reino Unido	2.817	4.173	4.057	1.322	n/a	n/a
The Royal Bank (RBS)	Reino Unido	4.827	5.693	4.311	810	n/a	n/a
UBS Group AG	Suíça	675	1.037	772	241	n/a	n/a

Fonte: Dados extraídos das demonstrações financeiras em IFRS ou BRGAAP nos sites das instituições analisadas nesta pesquisa.

Nota: Para o desenvolvimento das análises e eliminação do efeito cambial, os valores foram convertidos em USD milhões de 31/12/2018.

⁸Refere-se ao efeito da adoção da norma IFRS 9 em 01/01/2018, informado pelas instituições financeiras nas demonstrações financeiras de dezembro de 2018.

3.3 Desenvolvimento das hipóteses do estudo

As hipóteses desenvolvidas no estudo estão baseadas na avaliação das implicações da adoção da norma IFRS 9 sobre os níveis de PECLD das instituições financeiras. Para isso, foram analisados os efeitos da adoção informados nas demonstrações, comparando os resultados apurados segundo a norma IFRS 9 em relação à norma anterior IAS 39 e à resolução CMN nº 2.682/99.

Ao considerar os diferentes critérios de classificação contábil dos instrumentos financeiros previstos pelas diferentes normas, o estudo das hipóteses está concentrado nos instrumentos financeiros de empréstimos a clientes, classificados contabilmente ao custo amortizado, a fim de aproximar e homogeneizar as bases para comparações entre os padrões contábeis.

O estudo das hipóteses permite avaliar os impactos reais decorrentes da transição entre as normas internacionais, cujos resultados podem colaborar com a implantação da norma IFRS 9 local que está em elaboração pelo BCB.

As hipóteses estudadas nesta pesquisa são as seguintes:

Hipótese 1: O efeito da adoção da norma IFRS 9 por instituições financeiras brasileiras se aproxima dos impactos registrados por instituições financeiras na Europa e na Ásia.

O estudo realizado pela KPMG (2016) antes da implantação da norma IFRS 9 indicava um impacto previsto de 25% a 60% sobre a PECLD antes calculadas pelos critérios do IAS 39, mas que podia variar conforme o tipo de produto e as estratégias das instituições financeiras.

O resultado da análise dessa hipótese permitirá avaliar os impactos reais das provisões para perdas esperadas após a implantação da norma IFRS 9, bem como permitirá a comparação dos níveis de impactos apurados por instituições financeiras no Brasil em relação aos apurados por bancos na Europa e na Ásia.

Hipótese 2: A metodologia de apuração da PECLD segundo a norma IFRS 9 é mais conservadora em relação aos critérios da Resolução nº 2.682/99.

O estudo realizado por Caneca (2015) indica que a norma IFRS 9 possui elevado grau de conservadorismo ao avaliar a perda esperada dos contratos, mediante a utilização de modelos estatísticos, combinados às variações dos cenários econômicos e ao *stress test*.

Por outro lado, a metodologia de mensuração das provisões para o risco de crédito segundo a Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe de premissas que consideram a perda incorrida com base no atraso das operações e a perda esperada ao permitir a avaliação subjetiva da solvência financeira dos clientes.

Através do estudo dessa hipótese, será possível avaliar e comparar os saldos de PECLD apurados por ambas as normas e metodologias, utilizando, como referência, bases similares dos saldos de empréstimos aos clientes, a fim de avaliar o nível de conservadorismo entre elas.

3.4 Modelo de mensuração e análise dos dados da pesquisa

A norma IFRS 9 indica que as instituições financeiras devem apresentar, em suas demonstrações financeiras, a reconciliação da PECLD, antes apurada pela norma IAS 39 até 31 de dezembro de 2017, o reconhecimento inicial da PECLD conforme a norma IFRS 9 em 01 de janeiro de 2018, bem como o seu resultado final nas demonstrações de dezembro de 2018.

A análise dessas variáveis e o efeito da adoção das perdas esperadas segundo a norma IFRS 9 foi uma das matérias avaliadas pelas auditorias independentes no processo de validação das demonstrações financeiras das diferentes instituições financeiras locais e internacionais em 2018.

Nos testes relacionados à hipótese H1, foram calculados os efeitos da adoção da norma IFRS 9, informados nas demonstrações de resultados, em relação ao saldo de perdas esperadas de crédito apuradas segundo a norma anterior (IAS 39).

Para entendimento e análise mais adequada da hipótese, fez-se necessária a elaboração de índices e fórmulas, bem como o detalhamento dos critérios utilizados, conforme a equação a seguir:

$$EFT_{IFRS\ 9} = \frac{AD_{IFRS\ 9}}{IMPAIR_{IAS\ 39}}$$

Onde:

EFT = Porcentagem de impacto da adoção da norma IFRS 9;

AD = Saldo de impacto na adoção da norma IFRS 9;

IMPAIR = Saldo de provisões por risco de crédito em 31/12/2017 conforme o IAS 39.

Adicionalmente, para expandir essa análise, foi avaliado o impacto médio na adoção da norma IFRS 9 das instituições financeiras no Brasil em relação aos resultados apurados por instituições financeiras na Europa e na Ásia, com base nos mesmos critérios e metodologia de mensuração.

No estudo da hipótese H2, foi comparado o saldo da PECLD em IFRS 9 e o saldo em BRGAAP segundo os critérios da Res. nº 2.682/99 em 31/12/2018, a fim de se chegar a conclusões sobre o grau de conservadorismo entre as normas.

Para o desenvolvimento da pesquisa dessa hipótese, foi construído o indicador que compara os saldos totais de PECLD apurados segundo os critérios de cada padrão contábil (índice *iCOMP*), conforme a seguinte fórmula⁹:

$$iCOMP_{IFRS\ 9} = \frac{PECLD_{IFRS\ 9}}{PECLD_{BRGAAP}} - 1$$

Onde:

*iCOMP*_{IFRS 9} = Realiza a comparação da PECLD em IFRS 9 e BRGAAP em 31/12/2018;

PECLD = Perdas esperadas de crédito em IFRS 9 e BRGAAP

⁹O indicador positivo indica que as provisões em IFRS 9 são maiores que o saldo em BRGAAP.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Impacto nos níveis de PECLD com a adoção da norma original IFRS 9

O estudo sobre os níveis de PECLD em bancos que adotaram a norma original IFRS 9 teve como objetivo avaliar o impacto real na adoção da norma, tendo como referência a norma anterior IAS 39. Os resultados consolidados e as respectivas conclusões estão comentadas a seguir:

Tabela 3 – Efeito da adoção da norma IFRS 9 sobre as perdas esperadas de crédito

<i>EFT</i> ¹⁰ IFRS 9	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo	Observações
Bancos no Brasil	15,1%	18,3%	16,2%	2,0%	50,9%	6
Bancos na Europa e na Ásia	13,6%	16,2%	11,4%	5,8%	56,9%	14

Fonte: Elaboração própria através da análise dos dados da pesquisa.

Nota: Em USD milhões.

A primeira etapa dos testes sobre a hipótese 1 buscou mensurar os impactos em 6 bancos brasileiros que, segundo a Resolução CMN nº 3.786, devem realizar as publicações financeiras segundo o padrão internacional IFRS e local BRGAAP.

A análise da amostra de 6 bancos brasileiros com publicação das demonstrações financeiras, segundo os critérios da norma IFRS 9 para operações de empréstimos classificadas como custo amortizado, indicou o incremento nos níveis de PECLD de 15,1% em relação ao saldo de dezembro de 2017, segundo a norma anterior IAS 39.

Não obstante, para aumentar a sensibilidade do estudo e a relevância estatística, dado o número reduzido de observações da primeira etapa, foi aplicada a mesma metodologia de testes sobre as demonstrações financeiras de 14 bancos na Europa e na Ásia que realizaram suas publicações segundo a norma IFRS 9.

¹⁰*EFT* = Porcentagem de impacto da adoção da norma IFRS 9 sobre o saldo de provisões para o risco de crédito apurado segundo a norma IAS 39.

Os resultados apurados indicaram o incremento de 13,6% sobre os níveis de PECLD de bancos internacionais, com medidas de tendência central próximas às observadas por instituições financeiras no Brasil na etapa anterior (impacto médio: 15,1%, mediana: 16,2%, mínimo: 2,0% e máximo: 50,9%).

Os resultados consolidados das duas etapas confirmam a hipótese 1 de que o impacto na adoção da norma IFRS 9 por bancos brasileiros é similar ao apurado por bancos na Europa e na Ásia.

4.2 Níveis de reconhecimento da PECLD entre os padrões contábeis IFRS 9 e BRGAAP (critérios da Res. nº 2.682/99)

A avaliação sobre o grau de conservadorismo da mensuração da PECLD pela norma IFRS 9 em relação aos critérios da Res. CMN nº 2.682 ocorreu através da comparação dos saldos totais de PECLD apurados por ambos os padrões contábeis em 31/12/2018, utilizando a aplicação da equação *iCOMP*¹¹.

A fim de homogeneizar os critérios e tornar possível a comparação dos resultados, foram selecionados somente os saldos de empréstimos a clientes classificados com custo amortizado e respectivas perdas esperadas de crédito das demonstrações financeiras de dezembro de 2018, segundo a norma IFRS 9.

Para complementar as análises, foram excluídas as perdas esperadas de limites de crédito previstos pela norma IFRS 9, uma vez que as mesmas não são mensuradas em BRGAAP, segundo os critérios da Res. CMN nº 2.682/99.

Tabela 4 – Comparação dos níveis de PECLD nos padrões IFRS 9 e BRGAAP

Indicador	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo	Observações
<i>iCOMP</i> _{IFRS9}	-0,1%	11,9%	-2,0%	-12,0%	+22,3%	6

Fonte: Elaboração própria através da análise dos dados da pesquisa.

Nota: Em USD milhões.

¹¹ Realiza a comparação da PECLD em IFRS 9 e BRGAAP em 31/12/2018

Com base no estudo da hipótese 2, foi possível concluir que os níveis de perdas esperadas de crédito apuradas segundo a norma IFRS 9 é estatisticamente equivalente ao apurado pela metodologia do padrão BRGAAP (Res. CMN 2.682/99).

Os critérios locais em BRGAAP baseados na Res. CMN nº 2.682/99 dispõem de elementos quantitativos para perda incorrida baseados nos dias de atraso, bem como critérios subjetivos que já permitem que os bancos brasileiros façam provisões adicionais de crédito a clientes que poderiam apresentar alguma dificuldade financeira futura, o que corrobora a conclusão da hipótese 2.

Por outro lado, as análises disponíveis no referencial teórico indicam que a metodologia de perdas esperadas em IFRS 9 é mais robusta ao realizar estimativas de perdas futuras (*forward looking*) através de modelos baseados em variáveis estatísticas, projeção de cenários econômicos e de *stress test* com o reconhecimento antecipado de perdas ao longo da vida útil do contrato (*lifetime*).

4.3 Gestão de impactos na adoção da norma IFRS 9

A avaliação dos resultados das pesquisas e das diferenças conceituais sobre os critérios de mensuração da PECLD entre ambos os padrões contábeis também pressupõe a identificação de medidas a serem utilizadas na gestão e redução dos impactos pelas instituições financeiras.

Segundo a norma IFRS 9, os limites de crédito são considerados no cálculo das perdas esperadas, de modo que a correta gestão e alocação dos limites de crédito pelas instituições financeiras poderá reduzir as necessidades adicionais de PECLD, decorrentes da implantação da referida norma.

A governança corporativa deverá incluir novos comitês com interações entre as áreas envolvidas, com objetivo de avaliação do processo de cálculo em IFRS 9, bem como o desenvolvimento da metodologia e de ferramentas para gestão dos resultados financeiros.

Uma vez que a norma internacional IFRS 9 não é específica sobre os critérios de incremento significativo de risco (reclassificação de estágio 1 para os estágios 2 e 3), as definições de políticas e o plano de ação para saída rápida das classificações que requerem maior nível de PECLD devem estar suportados por estudos que avaliem a estabilidade e a preditividade de migração entre as classificações.

A gestão de crédito deverá contar com estratégias preventivas e identificação antecipada de clientes com dificuldades financeiras, oferecendo melhores condições de pagamento, a fim de evitar sua inadimplência e mudança de classificação de estágio 1 para os estágios 2 e 3, que requerem maiores níveis de PECLD ao estimar a perda esperada para vida inteira do contrato.

As operações renegociadas devem ser corretamente identificadas, uma vez que são classificadas em estágio 2 ou 3, bem como devem contar com políticas e controles que avaliem a normalização das operações de renegociação e respectiva reclassificação até o estágio 1.

Segundo os critérios da Res. CMN nº 2.682/99, as receitas de operações inadimplentes são reconhecidas no balanço com até 60 dias de atraso, enquanto a norma IFRS 9 indica o reconhecimento contínuo das receitas, ainda que após o evento de *default*, seja apurado sobre o saldo líquido de perda esperada.

A norma IFRS 9 não determina os critérios de transferência de contratos para prejuízo, deixando a definição a cargo da instituição financeira. Nesse sentido, a instituição deverá definir critérios razoáveis conforme seu modelo de gestão.

As instituições financeiras deverão dispor das informações sobre a taxa efetiva dos contratos que incluem os demais custos da transação dos empréstimos, as quais são utilizadas na estimação dos parâmetros de LGD e na apuração do valor presente das perdas esperadas de crédito.

A norma IFRS 9 permite a utilização de garantias para mitigação das perdas esperadas. A disponibilidade e a integridade das informações podem beneficiar o adequado cálculo e a redução dos impactos sobre os níveis de provisões para perda esperada de crédito.

O processo de cálculo segundo a norma IFRS 9 está baseado, principalmente, na utilização de modelos estatísticos, que estimam a perda futura durante a vida inteira do contrato de crédito, enquanto que os modelos estatísticos de concessão de crédito podem utilizar premissas distintas, sendo importante realizar o alinhamento.

O desenvolvimento metodológico dos parâmetros requer um cuidadoso estudo sobre a composição do portfólio de crédito, a fim de realizar a segmentação e o *cluster* de clientes com objetivo de otimizar e efetuar um adequado cálculo da PECLD.

Nos parâmetros estatísticos, também devem ser considerados cenários econômicos e modelos de *stress test*, a fim de obter uma adequada visão *forward looking* das perdas esperadas. Adicionalmente, os cenários econômicos e *stress*, ao serem atualizados após a implantação da norma, poderão se refletir de forma positiva ou negativa sobre os níveis de perdas esperadas de crédito.

O desenvolvimento dos modelos de *stress* e de cenários econômicos possui elevado grau de subjetividade, uma vez que a norma permite a cada instituição definir suas premissas, podendo, assim, influenciar no resultado do cálculo.

Nesse sentido, os modelos de *stress* e cenários econômicos devem estar adequadamente suportados e justificados, preferencialmente alinhados aos demais exercícios regulatórios e estratégicos da instituição financeira.

O processo de orçamento financeiro na perspectiva da norma IFRS 9 deverá requerer novos *drivers* de impacto da PECLD, sendo necessária a utilização de modelos para projeção estatística e análises de volatilidade em relação à mudança de cenários.

O desenvolvimento de motores de cálculo da PECLD para cada portfólio de crédito possibilitará a realização de estudos em relação à implantação dos novos critérios para estimação, planejamento e gestão dos impactos financeiros na adoção da norma IFRS 9 local, tanto para o estoque de operações de crédito quanto para as novas produções.

A implantação da norma IFRS 9 possui efeitos nos critérios contábeis e no cálculo das provisões para perdas esperadas de crédito e, adicionalmente, influenciará, em um segundo momento, na redefinição dos modelos de gestão das carteiras de crédito, no processo de concessão de crédito, na definição de novas métricas de rentabilidade, na precificação dos produtos e nos incentivos financeiros para o alcance dos objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo estudar o impacto da implantação da norma IFRS 9 emitida pelo IASB, a qual foi implantada na Europa e Ásia e por algumas instituições financeiras no Brasil que realizam publicações financeiras no padrão contábil internacional, bem como estimar os possíveis impactos na adoção da norma IFRS 9 em desenvolvimento pelo BCB.

Os estudos anteriores à implantação da norma estimavam impactos significativos de 25% a 60% nos níveis de PECLD, os quais puderam ser contrastados com os impactos reais apurados nesta pesquisa, que está baseada na análise de informações primárias disponíveis nas publicações financeiras de 2018.

As hipóteses deste trabalho foram investigadas com base na análise de 20 instituições financeiras, sendo possível concluir que a adoção da norma IFRS 9 por 6 instituições financeiras no Brasil elevou em 15,1% os níveis de PECLD para contratos de empréstimos a clientes. Tal resultado é similar ao apurado para 14 instituições financeiras na Europa e na Ásia (13,6%).

Adicionalmente, embora conceitualmente a norma IFRS 9 disponha de uma metodologia mais robusta de mensuração da PECLD, foi apurado que o nível de perdas esperadas apuradas segundo a norma são estatisticamente equivalentes (-0,1%) às perdas esperadas apuradas segundo os critérios da Res. CMN nº 2.682.

Através da análise consolidada das duas hipóteses, foi possível concluir que a alteração dos critérios locais de reconhecimento das provisões no Brasil, inspirados na norma IFRS 9 do IASB, não incorrerá em impactos significativos nos níveis de PECLD.

O principal fundamento desta análise é que a norma local vigente já possui elementos quantitativos de perda incorrida e subjetivos na avaliação de perdas futuras, o que permite que as instituições façam provisões adicionais às mensuradas segundo o critério de atraso das operações.

O desenvolvimento do referencial teórico dos diferentes critérios de mensuração de provisão permitiu identificar as principais diferenças entre as normas que requerem a revisão de algumas estratégias comerciais e de gestão dos riscos, a fim de reduzir os impactos operacionais e os efeitos negativos sobre os níveis de provisão.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram identificadas limitações quanto à disponibilidade de publicações baseadas na norma IFRS 9, sendo identificadas somente as do exercício de 2018, o que impossibilitou a realização de estudos complementares sobre o comportamento histórico dos níveis de perdas esperadas.

Adicionalmente, devido às diferenças de critérios entre os padrões contábeis na classificação dos instrumentos financeiros, foram realizadas aproximações das bases para realização dos estudos comparativos.

Dentre as principais contribuições desta pesquisa, o referencial teórico expandiu os estudos existentes sobre a norma no meio acadêmico. No âmbito profissional, permitiu o conhecimento dos impactos previstos vs. reais da adoção da norma IFRS 9 na Europa, Ásia e Brasil, a fim de realizar um planejamento para a adoção da norma IFRS 9 local com sugestões de medidas de gestão e redução de impactos e assimetrias entre as normas.

Como sugestão para as próximas pesquisas, poderá ser avaliada a representatividade dos cenários macroeconômicos sobre os níveis de provisão, examinando o grau de subjetividade na definição das premissas adotadas pelas instituições financeiras. Adicionalmente, poderão ser realizadas atualizações e feitos estudos de impactos com base nas eventuais diferenças de critérios adotados pelo regulador na publicação da norma local em relação à norma IFRS 9 do IASB.

Por último, os estudos futuros sobre os impactos da norma IFRS 9 sobre a gestão de crédito também são importantes para avaliar a mudança ocorrida na concessão de crédito a clientes, na precificação das operações de empréstimos, nas estratégias comerciais para redução dos impactos nos resultados, dentre outras análises.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Edital de consulta pública 54/2017 de 30 de agosto de 2017. 2017. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/audpub/DetalharAudienciaPage?2&pk=121>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Edital de consulta pública 60/2018 de 22 de fevereiro de 2018. 2018a. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/audpub/AudienciasEncerradas>. Acesso em: 17 dez. 2019. BCB, 2018b

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Edital de consulta pública 67/2018 de 5 de setembro de 2018. 2018b. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/audpub/AudienciasEncerradas>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BOUVATIER, Vincent; LEPETIT, Laetitia. Banks procyclical behavior: does provisioning matter? *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, vol. 18, n. 5, p. 513-526, oct. 2006.

BRITO, Giovani. A. S.; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz. J. Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 28-43, 2009.

BUSHMAN, Robert M.; WILLIAMS, Christopher D. Accounting discretion, loan loss provisioning, and discipline of banks' risk-taking. *Journal of Accounting and Economics*, New York, v. 54, p. 1-18, 2012.

CANECA, Roberta L. *Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa de bancos e ciclos econômicos: o caso brasileiro*. 2015. 148 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Brasília, 2015.

DANTAS, José A. et al. Perdas em crédito nos bancos brasileiros: modelos de perdas esperadas e de perdas incorridas e impactos da IFRS 9. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 156-175, maio 2017.

DANTAS, José A. et al. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, vol. 21, n. 52, p. 1-27, 2010.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Desempenho de bancos – exercício de 2018*. 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2019/desempenhoDosBancos2018.pdf>. Acesso em: 16 dez. De 2019.

DE FARIAS, José B. et al. Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações consolidadas dos bancos listados na BM&FBovespa. *Revista Universo Contábil*, v. 10, n. 2, p. 63-83, 2014.

EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA). *First observations on the impact and implementation of IFRS 9 by EU Institutions*. 2018. Disponível em: <<https://eba.europa.eu/sites/default/documents/files/documents/10180/2087449/bb4d7ed3-58de-4f66-861e-45024201b8e6/Report%20on%20IFRS%209%20impact%20and%20implementation.pdf?retry=1>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

GALDI, Fernando C.; BARRETO, Eric; FLORES, Eduardo. *Contabilidade de instrumentos Financeiros IFRS 9 – CPC 48*. São Paulo: Atlas, 2018. 264 p.

FINANCIAL STABILITY BOARD (FSB). Report of the financial stability forum on addressing pro-cyclicality in the financial system. Abril, 2009. Disponível em: . <https://www.fsb.org/2009/04/report-of-the-financial-stability-forum-on-addressing-procyclicality-in-the-financial-system/?page_moved=1>. Acesso em: 17 dez. 2019

IASB. International Accounting Standards Board. *IAS 39 Financial Instruments*. 2008. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-9-financial-instruments/>> Acesso em: 28 abr. 2019.

HASHIM, Noor; LI, Weijia; O'HANLON, John. Expected-loss-based accounting for impairment of financial instruments: The FASB and IASB IFRS 9 Approaches, p. 12–17, set. 2015.

KARDORF, Sonja. How are banking supervision measures influencing banks' overall risk management? *Journal of Securities Operations & Custody*, v. 10, n. 3, p. 202–209, summer, 2018.

KPMG. *IFRS 9 Instrumentos financeiros*. 2016. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/ifrs-em-destaque-01-16.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

LI, Yubo; JI, Shiyu. The impact of new standard of financial instruments on commercial banks - A case study of industrial and commercial Bank of China. *Economic Management Journal*, v. 8, n. 1, jun. 2019.

FERREIRA, Mariana do Nascimento. *Impairment e PCLD: análise da convergência entre a IFRS 9 e resolução 2.682/99 como argumento para pleitear, junto ao Banco Central do Brasil, um ajuste na norma nacional*. 2016. 73 f. Dissertação (Controladoria Empresarial) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

OZDEMIR, Bogie. Evolution of risk management from risk compliance to strategic risk management: From Basel I to Basel II, III and IFRS 9. *Journal of Risk Management in Financial Institutions*, v. 11, n. 1, p. 76-85, 2018.

REITGRUBER, Wolfgang. Expected loss provisioning under upcoming IFRS 9 Impairment Standards: A new source of P&L volatility—can we tame it? *Journal of Risk Management in Financial Institutions*, v. 9, n. 4, p. 332-343, out. 2016.

SECURATO, José R. *Crédito: análise e avaliação de risco*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012. 312 p.

TOMINAC, Sanja B.; VAŠIČEK, Vesna. The impact of IFRS 9 on loan impairments in Croatian banks. In INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE ON ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT, 34, 2018, Moscou. *XVIII International Social Congress*, 2018.

VERRONE, Marco A. G. *Basiléia II no Brasil: uma reflexão com foco na regulação bancária para risco de crédito – Resolução CMN 2.682/99*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.